

Paulo Afonso evita polêmica com tribunal

Ele se recusa a comentar revelação de que valor de títulos emitidos pelo governo de Santa Catarina é muito superior às dívidas judiciais, feita pelo presidente do TJ

ELISABETH KARAM
Especial para o Estado

O governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira (PMDB), voltou a afirmar ontem que anexou a lista dos precatórios no pedido de autorização para emissão de títulos do Estado no total de R\$ 552,15 milhões. Por sua assessoria, ele se negou a comentar as declarações do presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Napoleão Xavier Amarante, de que a dívida do Estado com precatórios é de apenas R\$ 35,45 milhões.

Segundo o governador, não há fato novo que justifique manifestação sobre o assunto. As declarações de Amarante, publicadas ontem pelo **Estado**, foram feitas em junho, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa que investiga as finanças do Estado.

A emissão dos títulos pelo governo catarinense se baseia no artigo 33 das Disposições Transitórias da Constituição, que permite o recurso para o pagamento de dívida com precatórios acumulados até 1988. No processo encaminhado ao Banco Central e ao Senado, o governo estadual incluiu uma relação de precatórios com duas colunas diferentes de cálculo.

Projeções — Em uma coluna, o cálculo totaliza R\$ 77,8 milhões, numa projeção feita de acordo com a norma seguida pelo TJ para atualizar os valores. Na outra coluna, o total atinge R\$ 229,9 milhões, segundo cálculo feito a pedido do governo, que inclui correção dos valores pelo Índice de Preços ao Consumidor

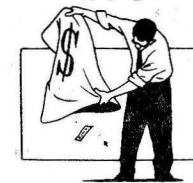
(IPC). Segundo técnicos da secretaria-geral do tribunal, esse índice não é considerado, apesar de orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) nesse sentido. Assim, os valores com base nessa correção não são repassados aos credores. Quem se sente prejudicado deve entrar com nova ação na Justiça.

Os R\$ 229,9 milhões se referem a precatórios não-pagos e à correção dos já pagos desde 1988. Descontado o valor já repassado aos credores, esse total cai para R\$ 131,6 milhões. O requerimento de emissão de títulos não justifica os restantes R\$ 395 milhões, que totalizam os R\$ 552,1 milhões pedidos pelo governo de Santa Catarina.

O senador Wilson Kleinubing (PFL-SC) afirmou ontem que o deságio na venda dos títulos de Santa Catarina foi, na verdade, de R\$ 87 milhões. Inicialmente, o senador tinha a informação de que o deságio havia sido de R\$ 79 milhões. Ontem, no entanto, a Central de Títulos Públicos (Cetip), órgão do governo federal que registra toda a movimentação desses

papéis, mostrou ao senador que os títulos foram emitidos com data de 31 de maio, cinco meses antes da autorização dada pelo Senado para a emissão dos papéis, o que aumentou o valor do deságio.

Isso porque, se no dia 31 de maio o valor de face dos papéis era de R\$ 1,00, passou a R\$ 1,96 em outubro, com a correção normal. Como foram vendidos a R\$ 0,912, a perda na venda chegou a R\$ 120 milhões, incluindo o valor da correção. "O banco que ficou com a corretagem lucrou R\$ 33 milhões em um só dia", observou o senador.



DIFERENÇA
É ATRIBUÍDA
A CRITÉRIOS
DE CÁLCULO